

REQUERIMENTO Número / (.ª)

PERGUNTA Número / (.ª)

Expeça - se

Publique - se

O Secretário da Mesa

Assunto:

Destinatário:

Exmo. Senhor Presidente da Assembleia da República

O aumento dramático do custo de vida está a causar o empobrecimento real dos portugueses. O aumento dos preços da energia é uma das faces mais visíveis desse agravamento do custo de vida que é um corte real de rendimentos.

Em 2022 pensionistas e funcionários públicos terão uma perda real de cerca de 1 dos 14 salários mensais, e os trabalhadores do setor privado perto disso.

Paradoxalmente, o Estado está a ganhar muito com esse aumento de preços.

Apesar dos sucessivos apelos e propostas do PSD, o Governo persiste na imoralidade de querer ganhar muito em impostos com o aumento do custo de vida, em vez de devolver aos portugueses o esforço enorme que estão a fazer.

Em estimativas conservadoras a receita de impostos em 2022 deverá ficar mais de 3.000 milhões de euros acima do aumento já esperado pelo Governo.

O Governo faz pouco em geral, mas também no combate ao aumento dos preços da energia.

Aparentemente subordinado aos interesses espanhóis que têm uma estruturação de preços bem diferente da portuguesa, o Governo português abdicou de encontrar uma solução que fizesse efetivamente a diferença para a maioria dos consumidores portugueses e restringiu-se a uma solução desenhada à medida do mercado espanhol.

O Governo abdicou de soluções alternativas, com a redução temporária do IVA da eletricidade, argumentando que seria necessária uma aprovação da Comissão Europeia pela qual aparentemente não lutou verdadeiramente. Incompreensivelmente parece ter guardado os seus esforços para apoiar a solução menos interessante construída à medida de Espanha, a qual também precisou de aprovação da Comissão.

O Governo anunciou há cerca de dois meses a criação de um Mecanismo Ibérico para limitar a subida do preço da eletricidade e desde então o PSD pediu diversos esclarecimentos ao Governo sobre os contornos e impactos desse mecanismo, mas que o Governo teima em não prestar.

Recentemente, perante declarações públicas de um dirigente de uma empresa produtora de energia a alertar para aumentos significativos na fatura de vários dos seus clientes, e independentemente das interpretações possíveis daquelas declarações, o Governo reagiu de um modo que combina abuso de poder e propaganda simplista.

A retaliação seletiva por um Primeiro-Ministro sobre uma empresa cujo gestor fez declarações não apreciadas pelo Governo é democraticamente intolerável. A ameaça de sanções individuais pelo Governo sobre pagamentos do Estado, a partidarização das competências próprias da administração pública de realização de pagamentos contratuais pela administração pública são abusos de poder impróprios de um Estado de Direito Democrático.

O comportamento do Governo confunde maioria absoluta com poder absoluto e é uma tentativa de condicionamento dos agentes económicos na sua ação e liberdade de expressão, que são impróprios de democracias desenvolvidas.

Infelizmente, essa violentíssima reação do Governo parece querer distrair do escrutínio sobre o Mecanismo Ibérico, tentando evitar a compreensão do seu real alcance, impacto e custo para os Portugueses.

Quando o Mecanismo Ibérico foi criado, o PSD requereu no Parlamento a presença do governo, do operador de mercado (OMIE), da ERSE, da DGEG e da APREN. As audições decorreram a 13 e 14 de julho de 2022 e permitiram ao PSD concluir que:

- As vantagens do mecanismo estão a ser empoladas, apesar de alguns méritos. Há designadamente dúvidas fortes sobre o universo de consumidores, quer domésticos, quer empresariais, que são beneficiados, e os que são onerados com a repercussão dos custos do Mecanismo;
- Subsiste a opacidade e incerteza na estimativa dos eventuais ganhos líquidos e dos inevitáveis custos gerados pelo Mecanismo que vão sendo propagandeados pelo Governo, incluindo pela incerteza e arbitrariedade de vários pressupostos usados nessas estimativas;
- O mercado espanhol pode estar a obter maiores vantagens do que o português que pode estar a incorrer em custos excessivos;
- Outros mercados como o francês estão a comprar eletricidade ibérica a preço mais baixo, dado o auxílio de estado criado pelos dois governos, e por isso a expensas de consumidores nacionais;
- Há um custo reputacional de uma intervenção em mercado cujas regras são alteradas unilateralmente e que podem prejudicar o país em futuras captações de investimento, quando poder não foram transmitidas ao País a análise comparativa de soluções alternativas de política que permitissem de forma mais eficiente e universal cumprir o objetivo de mitigar os efeitos dos aumentos do preço da energia – designadamente a redução temporária em IVA.

Em suma, as audições às várias entidades mostraram que há incerteza quanto aos impactos do mecanismo sobre diferentes tipos de consumidores.

A reação do Governo em nada contribuiu para o esclarecimento e tranquilização dos portugueses sobre o agravamento de preços em curso. Em vez de promover o esclarecimento transparente o Governo quis eliminar a discussão retaliando seletivamente com o poder estadual sobre um agente económico que emitiu uma opinião, o que deve ser livre em Portugal, independentemente do conteúdo da mesma.

Só a intervenção analítica e informativa, e com toda a brevidade, da entidade administrativa independentemente pode permitir uma discussão séria das escolhas e medidas de política pública.

Face a estes desenvolvimentos, e em prol da transferência, os Deputados do Grupo Parlamentar do Partido Social Democrata solicitam à Entidade Reguladora dos Serviços Energéticos a produção e envio de forma **urgente**:

- 1. Um Estudo com análise dos seguintes aspetos relativamente ao Mecanismo Ibérico, explicando e fundamentando os respetivos pressupostos que quanto à evolução de preços e outros fatores devem basear-se nas melhores práticas e informação disponível e serem adequadas às condições e estrutura específicas do mercado português:**

- a) Qual o universo de consumidores domésticos e empresariais (nº consumidores e % de consumo) abrangidos pelo efeito do Mecanismo Ibérico?
- b) Quantificação do efeito das medidas do Mecanismo Ibérico nos preços de cada grupo de consumidores do mercado português?
- c) A anunciada limitação da componente do preço relativo ao gás gera ou não a obrigação de pagamento aos produtores de uma compensação pelo diferencial, e se sim qual é o valor estimado para essa compensação?
- d) Que grupos de consumidores verão repercutida essa compensação na sua fatura e de que modo?

- e) Existe alguma possibilidade de consumidores portugueses poderem estar a subsidiar consumidores espanhóis, franceses ou de outros países por aplicação do Mecanismo Ibérico?
- f) Qual a comparação do efeito líquido para os consumidores portugueses e espanhóis em resultado deste Mecanismo?
- g) Comparando com o Mecanismo Ibérico, qual seria o efeito de medidas alternativas de política para controlo do aumento dos preços da energia, designadamente a redução temporária do IVA da eletricidade?

- h) Quais as centrais ibéricas a gás e a carvão, em Portugal e em Espanha, que estão a receber subsídios por via do Mecanismo Ibérico e quais os valores que cada uma recebeu?

2. Do seguinte esclarecimento público relativamente aos consumidores domésticos com contratos de fornecimento com tarifa fixa e cujos contratos ou fixação de preços terminam nos próximos seis meses:

- a) Qual o número desses consumidores que terão tarifas fixas revistas nesses próximos seis meses?
- b) Que aumento da tarifa podem estimar?
- c) Que proteção têm esses consumidores do Mecanismo Ibérico?

3. Do esclarecimento se a ERSE já realizou a regulamentação de todas medidas necessárias ao abrigo do Decreto-Lei que estabelece o Mecanismo Ibérico?

4. De informação de qual a entidade competente em Portugal para fiscalizar a aplicação do Mecanismo Ibérico, designadamente quanto à devida repercussão nas faturas dos consumidores? Que medidas foram tomadas para esse efeito?

Palácio de São Bento, 3 de agosto de 2022

Deputado(a)s

JOAQUIM MIRANDA SARMENTO(PSD)

HUGO PATRÍCIO OLIVEIRA(PSD)

BRUNO COIMBRA(PSD)

Deputado(a)s

HUGO MARTINS DE CARVALHO(PSD)

ALEXANDRE SIMÕES(PSD)

CARLOS CAÇÃO(PSD)

RUI CRISTINA(PSD)

SÓNIA RAMOS(PSD)

ALEXANDRE POÇO(PSD)

ANTÓNIO PRÔA(PSD)

ANTÓNIO TOPA GOMES(PSD)

CLÁUDIA ANDRÉ(PSD)

JOÃO MARQUES(PSD)

PATRÍCIA DANTAS(PSD)

PAULO RAMALHO(PSD)

CLÁUDIA BENTO(PSD)